

Decodificando o dr. Gustavo Franco

Mário César Flores

Há cerca de dois meses transpirou ao conhecimento público um ensaio do diretor do Banco Central. Gustavo Franco, intitulado "A inserção externa e o desenvolvimento". O ensaio não mereceu destaque na mídia. Por que? Não tinha méritos? Ou os tinha contrários à cultura do passado recente? Méritos o ensaio tinha: é um bom panorama do pós-1930 econômico e da evolução dos últimos anos. O mais provável é que a pouca atenção se deve à iconoclastia de suas considerações sobre concepções superadas, ainda sedutoras, por interesse ou ideologia.

Fundamentalmente, o ensaio contesta duas ideias de trânsito tranquilo na nossa cultura anterior: a de que o desenvolvimento exige leniência fiscal e monetária (inflação) e a de que a abertura econômica cerceia o desenvolvimento, produz crise cambial e desemprego e agrava a questão social. O dr. Franco demonstra que: 1º) a política protecionista, (preços altos) e subsidiada (recursos públicos) de substituição de importações (1930 aos 70/80) foi co-responsável pela inflação que vitimou o "povão" e pelo aumento da concentração de renda dos últimos decênios. 2º) o protecionismo daquela política "segurou" o crescimento da produtividade (para que melhorá-la se havia mercado garantido?), fundamental na economia globalizada a que o Brasil vem aderindo sob circunstâncias desvantajosas decorrentes de seus fracos índices de produtividade. 3º) a controvérsia sobre o câmbio, tido como supervalorizado, é capítulo da novela do protecionismo; a subvalorização compensaria a baixa produtividade brasileira contra a importação e a favor da exportação, à custa do povo. E 4º) a sedução da capacidade de investimento do Estado, iniciada nos anos 70, foi agravada pelos encargos de custeio da Constituição de 1988. Agora, a locomotiva do investimento tem que ser privada. o que exige a modernização de nossa viciada cultura empresarial e político-administrativa.

Concorde com essas considerações o governo, nas palavras do dr. Franco, evitar-se-á "o financiamento de investimentos públicos mediante a tributação do pobre através do imposto inflacionário" e, "livre do charlatanismo populista". reduzirá a pobreza geral e a concentração de renda com o aumento da produtividade, a abertura e a superação da política de substituição de importações (vale repetir aqui uma idéia do ensaio: a baixa produtividade protegida é concentradora da renda). Mas, novamente usando palavras do dr. Franco, as mudanças sofrem restrições de "grupos de pressão comprometidos com os velhos processos de substituição de importações e com a exploração de majorias por minorias

organizadas e politicamente influentes. E, nesse contexto, nada mais natural que a má vontade em relação às mudanças se transforme em nostalgia e que esta se manifeste sob a forma de ressentimentos, recalques e pessimismo".

Diz ainda o dr. Franco que, "numa sociedade democrática de massa onde a opinião pública é uma interferência cotidiana nos trâmites políticos" (a opinião pública interpretada pela mídia?), a retórica do passado, com seus "chavões clássicos do desenvolvimento capitaneado pelo investimento público e pela substituição de importações", exige tempo para ser substituída por outra em que "o governo se toma coadjuvante e as burocracias e os políticos perdem o papel missionário...". A avaliação é correta (haja vista a resistência às reformas constitucionais básicas...) porque não se muda a cultura a curto prazo, mas há que se persistir para que o Brasil não se marginaliza, pobre e injusto, no mundo do 21.

O ensaio critica a idéia de projeto nacional, que seria uma construção a posteriori para dar aos fatos ocorridos uma moldura supostamente planejada. O problema talvez seja de palavras e seus significados. Sob regime democrático de economia liberal e aberta não existem mesmo condições para projetos fundamentados no Estado mentor e condutor de tudo (só os saudosistas desse Estado continuam associando desenvolvimento com gasto público e soberania com auto-suficiência), mas ainda não foi alcançada (será algum dia?) a perfeição espontânea inspirada apenas no mercado. Assim, mesmo sob tal regime, convêm existir alguma orientação estratégica formulada com liberdade, flexível, reguladora e indutora (pouco coercitiva), capaz de balizar a prosperidade com justiça; é improvável que o dr. Franco discorde disso.

O ensaio do dr. Franco deveria ter sido "decodificado" e apresentado ao povo (o essencial) em linguagem compreensível, sem as formulações teóricas, por vezes matemáticas, que "põem em órbita" o leitor menos preparado, para que o povo entenda que pode ter sua vida melhorada pelo desenvolvimento associado à correta inserção externa, diminuindo assim a sedução residual do nacional-desenvolvimentismo excludente da grande massa.

Mário César Flores é Almirante de esquadra da Reserva Ex-ministro da Marinha e de Assuntos Estratégicos